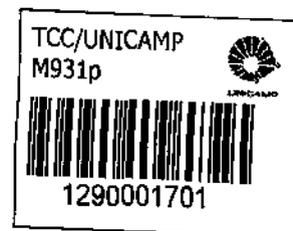


CASSIO ROBERTO DE OLIVEIRA MURAGAKI

**O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUA EM ACADEMIA DE
GINÁSTICA NO SETOR DE MUSCULAÇÃO. PODEM SER CONSIDERADOS
ANIMADORES SÓCIO-CULTURAIS.
UM ESTUDO DE CASO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
2001

CASSIO ROBERTO DE OLIVEIRA MURAGAKI



**O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUA EM ACADEMIA DE
GINÁSTICA NO SETOR DE MUSCULAÇÃO. PODEM ESTES SEREM
CONSIDERADOS ANIMADORES SÓCIO-CULTURAIIS.
UM ESTUDO DE CASO**

MONOGRAFIA APRESENTADA
NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FÍSICA COMO EXIGÊNCIA PARCIAL
PARA A OBTENÇÃO DO CERTIFICADO
DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO
DE RECREAÇÃO E LAZER DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS, SOB A ORIENTAÇÃO DO
OROF. DR. SERGIO STUCCHI

CAMPINAS
2001

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Sergio Stucchi, pela dedicação na orientação deste trabalho, pela sua amizade e paciência.

Ao Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, pela ajuda na opção pelo Bacharelado em Recreação e Lazer, e pela amizade que possibilitou uma ajuda neste trabalho.

Aos funcionários do Departamento de Lazer, da Faculdade de Educação Física da UNICAMP.

As academias que abriram suas portas para a realização da pesquisa de campo.

Aos meus pais que em sua extrema dedicação, possibilitaram a minha formação nesta Universidade.

À minha namorada, pelos momentos de paciência e espera nos momentos de elaboração deste trabalho.

Ao meu amigo e companheiro, Carlos Eduardo Vasconcelos, pela possibilidade dada de adentrar neste mercado de trabalho e posteriores ajudas.

Orientador

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'S. Stucchi', written over a horizontal line.

Sergio Stucchi

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo classificar o profissional que trabalha nas academias de ginástica, mais especificamente, o profissional que atua na musculação como possível animador sócio-cultural. O desenvolvimento deste trabalho surgiu da oportunidade de atuação no mercado de trabalho das academias, com meus estudos e formação em Recreação e Lazer em uma academia de ginástica, como instrutor de musculação. Neste espaço pude observar que ali existia um elemento de grande interesse para a área de estudos do lazer ou seja, o tempo de lazer dos freqüentadores num micro-equipamento especializado. Tentando otimizar o tempo destas pessoas neste espaço, me vi interferindo nos objetivos dos alunos e motivando-os a freqüentar a academia em função da minha presença na mesma. Outro fator que me levantou questionamentos foi que, durante a avaliação física, realizada no ato da matrícula na academia, as pessoas não optavam pelo “lazer”, dentre aquelas que as motivaram a iniciar essa atividade. O trabalho se caracteriza como um pesquisa bibliográfica e empírica, com trabalho de campo, considerando duas academias da cidade de Campinas e seus profissionais que atuam no setor da musculação. As academias foram escolhidas pelo seu acesso e sua representação na cidade, sendo uma a maior academia da região de Campinas e outra no entorno do Parque Portugal. Através de questionário, foi observado que os profissionais classificam a academia como um espaço de lazer e atuam no espaço como animadores sócio-culturais em função de suas atitudes dentro do espaço da sala de musculação.

SUMÁRIO

Introdução	pág. 8
Capítulo 1 - Conceito de Lazer e Animação Sócio Cultural	pág. 10
Capítulo 2 – Academia	pág. 18
2.1 Histórica	pág. 18
2.2 Revolução Industrial e Urbanização	pág. 20
2.3 Características	pág. 21
2.4 Regulamentação	pág. 29
2.4.1 Definição de Academia	pág. 29
2.5 O profissional da Academia – Área de Musculação	pág. 30
Capítulo 3 – Código de Ética	pág. 36
3.1 Lei 9696/98	pág. 36
3.2 Resolução	pág. 38
3.3 Conselho Federal de Educação Física	pág. 39
3.3.1 O Código de Ética	pág. 39
3.3.2 A Deontologia	pág. 43
3.3.3 Das Responsabilidades, Deveres e Proibições	pág. 44
3.3.4 Dos Direitos	pág. 49
3.3.5 Dos Benefícios e Honorários	pág. 50
3.3.6 Das Infrações	pág. 51
3.3.7 Das Penalidades	pág. 51
3.3.8 Do Julgamento	pág. 52
3.3.9 Dos Casos Omissos	pág. 52

3.4.0 024/00 Regulamentação do Estágio	pág. 52
Capítulo 4 – Levantamento de Dados e Discussão	pág. 55
4.1 Levantamento dos dados	pág. 55
4.2 Discussão dos dados	pág. 57
4.3 Considerações Finais	pág. 60
Anexo 1	pág. 62
Referências Bibliográficas	pág. 63

Introdução

Em minha iniciação aos estudos da Educação Física, o que motivou-me a escolha desta profissão foi a possibilidade de oferecer às pessoas uma opção de atividade física. No primeiro ano de formação, tive contato com um curso realizado na Faculdade de Educação Física da Unicamp, referente à animadores sócio-culturais, através da Empresa Júnior, ministrado pelo Professor Doutor Nelson Carvalho Marcellino.

O desenvolvimento deste estudo motivou-me a escolha de aprofundamento com Bacharelado em Recreação e Lazer. Por mostrar-se um campo no mercado de trabalho, busquei novas oportunidades para atuação nesta área, que ocorreu na matéria de “MH 923 Estágio Supervisionado em Recreação e Lazer”. Neste estágio pude desenvolver um projeto de ação comunitária, no bairro Vila Costa e Silva, na cidade de Campinas, junto a uma Associação de Bairro local. Depois disso, não tive mais oportunidades de atuação nesta área, mesmo estando buscando a formação nesta modalidade.

A oportunidade de trabalho que me ocorreu, foi numa Academia. Pude observar que ali existia um elemento de grande interesse para a área de estudos do lazer ou seja, o tempo de lazer dos freqüentadores num micro-equipamento especializado. Tentando otimizar o tempo destas pessoas neste espaço, me vi interferindo nos objetivos dos alunos e motivando-os a freqüentar a academia em função da minha presença na mesma. Outro fator que me levantou questionamentos foi que, durante a avaliação física, realizada no ato da matrícula na academia, as pessoas não optavam pelo “lazer”, dentre aquelas que as motivaram a iniciar essa atividade física.

Por classificar a academia como espaço de lazer onde as pessoas a utilizam em seu tempo disponível, o consumidor, de alguma forma, encontra neste espaço, mecanismos de motivação para manter sua frequência no local. Considerando este fator, exponho neste trabalho, a possível influência da atuação do “instrutor” ou “professor” de musculação, como animador sócio-cultural, mostrando seu real significado, responsável pela manutenção das atividades, a realização pessoal dos clientes e o sucesso da Empresa.

Este trabalho de monografia se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e empírica, com trabalho de campo, considerando um universo de duas academias na cidade de Campinas, sendo uma de grande porte, outra de médio e uma de pequeno porte.

A pesquisa empírica será desenvolvida em forma de entrevista, onde obterei dados para discussão e verificação de como o professor de musculação age no papel de Animador Sócio-Cultural.

Este trabalho será dividido em cinco capítulos:

- Capítulo I: Conceito do Lazer e Animação sócio-cultural;
- Capítulo II: A academia como espaço de lazer, sua administração e seu mercado;
- Capítulo III: Código de Ética do profissional de Educação Física
- Capítulo IV: Levantamento e discussão dos dados

Capítulo I

Primeiramente devemos classificar o termo lazer de forma que este sirva de base para os estudos. Devido aos inúmeros conceitos e definições utilizo, nesta pesquisa a definição do sociólogo francês Joffre Dumazedier:

“(...)um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (1973, p. 34)

Visando melhor compreender o termo lazer e englobando aspectos diferenciados de análises, utilizarei também o conceito proposto por Marcellino (1987), que leva mais em conta as dimensões sociais de lazer:

“(...) como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação.” (p.31)

Para muitos autores, o tempo livre na vida das pessoas, surgiu na época da Revolução Industrial, onde os trabalhadores possuíam um tempo de não trabalho que era, na maioria das vezes, utilizado de forma a compensar o desgaste do trabalho através do descanso. Com o desenvolvimento da tecnologia, o tempo de não trabalho aumentou substancialmente, tendo o trabalhador mais tempo livre a sua disposição. Este tempo foi

denominado de “ócio”, tendo na sociedade capitalista, o caráter de “tempo de não geração de capital”, e seu oposto seria o “negócio”, que tem como fundamento a negação do “ócio” e a busca de geração por capital. Para o desenvolver completo do tempo de lazer em sua essência, o indivíduo deve estabelecer suas vivências desvinculadas de obrigações familiares, religiosas, sociais, profissionais e escolares. Somente o trabalhador possui este tempo, e o desempregado não o possui, sendo o tempo que este se dedica a atividades de lazer denominado de tempo livre ou desocupado.

O tempo fora do trabalho, nos dias de hoje pode ser considerado a partir de dois enfoques, o tempo e a atitude assumidos. Sendo definidos por Nelson Carvalho Marcellino como:

(...) O lazer considerado como atitude será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade. O lazer ligado ao aspecto tempo, considera as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no “tempo livre”, não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas.”

Dentro deste tempo disponível, o indivíduo poderá assumir conforme suas vivências, determinadas atividades e forma de atuação na mesma. Esta relação pela qual o indivíduo estará inserido na atividade, foi classificada por Dumazedier, como: elementar ou conformista, médio ou crítico e superior ou inventivo, possuindo características de atuação ou passividade. Dentro deste espaço de tempo de atividades, existe uma busca individual de descanso, divertimento e desenvolvimento, que muitos

autores conceituam como prazer e motivação da atividade, que sofre interferências sócio-culturais.

Para A. C. Prado, existem fatores limitantes no lazer, e eles podem ser categorizados em: “elasticidade de renda, elasticidade de tempo livre, o estatuto de sócio ou filiado em determinadas instituições e o potencial da oferta de equipamentos pelo poder público”. (1988, p.35)

De acordo com Marcellino, as barreiras para o lazer, com caráter inibitório, podem ser classificadas segundo: sexo, faixa etária, esteriótipos, tempo e espaço, tendo como pano de fundo o fator econômico”. (1983, p)

O problema sócio-econômico no atual estágio que nos encontramos, age de forma significativa no tempo de lazer das pessoas. O problema pode ser compreendido pela distribuição desigual, pela qual nosso país enfrenta desde o seu descobrimento. As opções neste espaço de tempo disponível, não sofre um processo de democratização, possuindo um caráter de exclusão para muitos, no momento das escolhas por uma opção.

Segundo Marcellino (1987, p. 2):

(...) “O fator econômico é determinante desde a distribuição do tempo disponível entre as classes sociais, até as oportunidades de acesso a escola, e contribui para uma apropriação desigual do lazer. Sempre tendo como pano de fundo esse fator econômico, podemos distinguir uma série de aspectos que inibem e dificultam a prática do lazer, fazendo com que se constitua em privilégio.

Um deles é o sexo e nesse aspecto, as mulheres são desfavorecidas comparativamente aos homens, ou pela rotina do trabalho doméstico, ou pela dupla jornada de trabalho e, principalmente pelas obrigações familiares decorrentes do casamento, numa sociedade que, apesar dos avanços nesse sentido, continua machista.

Outro deles é a faixa etária. Aqui as crianças e os idosos são os esquecidos. A criança, por não ter ainda entrado no “mercado produtivo”, não é considerada como a faixa etária que deve ser vivenciada, mas apenas como uma etapa de preparação para o futuro. O idoso, por já ter saído do “mercado”, também tem dificuldades de participação nas atividades de lazer.”

Segundo Camargo (1979, p29-36), os espaços de lazer, podem ser classificados conforme três critérios: população, interesses e dimensão física, em

“- microequipamentos especializados: são equipamentos importantes na escala da pequena cidade ou do bairro da grande cidade: de dimensões reduzidas, são voltadas para um único campo do lazer, seja físico (quadras, piscinas, parques infantis, jardins), manual (clube de jardinagem, de artesanato), intelectual (biblioteca, auditório), artístico (cineclube, ateliês de arte) ou associativo (clubes, associações). Estas atividades tendem a ser desenvolvidas para uma população restrita e com interesse bem definidos. Uma política urbana de lazer deve criar todas as condições para a sua efetivação, o que, num plano ideal, iria até à concessão de espaços e subsídio financeiro. São equipamentos importantes para a difusão cultural;

- equipamentos médios de polivalência dirigida: quando se prevê o atendimento a uma grande população, com interesses diversificados, a melhor solução, ainda, é a dos chamados centros culturais, equipamentos que abrangem instalações para os diferentes interesses no lazer (físico-esportivo, manuais, intelectuais, artísticos e sociais); esta solução é preferível à implantação de equipamentos isolados, na medida em que permite ao indivíduo despertar para outros interesses que não o seu próprio; esta modalidade é indicada, sobretudo, para a cidade média ou pólos populacionais de metrópoles, onde o risco de isolamento sócio-cultural são maiores;

- macro-equipamentos polivalentes: trata-se , no caso, de equipamentos suficientemente amplos, de forma a permitirem que a população deles se aproprie segundo os mais diferentes interesses; sua característica principal é o verde e a natureza, colocados à disposição de uma população urbana carente desse aspecto; é o caso dos clubes de campo, dos grandes parques e jardins; são equipamentos que se tornam importantes na razão direta do crescimento da cidade, quando a opressão do cimento gera a nostalgia; para metrópoles, portanto;

- equipamentos de turismo social: sejam urbanos (de recepção e hospedagem de turistas sem recursos, em visitas à cidade), sejam não-urbanos (campings, colônias de férias, pousadas).”

A escolha das atividades pelas pessoas podem ser classificadas, por Dumazidier que defende o lazer possuindo cinco conteúdos: artístico, intelectual, manual, social e

físico. E Luís Octávio de Lima Camargo (1986: 26-8), acrescenta o conteúdo turístico. Os conteúdos, segundo Marcellino são definidos como: “o campo de domínio dos interesse artísticos é o imaginário – as imagens, emoções e sentimentos; seu conteúdo é estético e configura a beleza do encantamento. Abrange todas as manifestações artísticas. Já nos interesse intelectuais, o que se busca é o contato com o real, as informações objetivas e explicações racionais. A ênfase é dada ao conhecimento vivido, experimentado. A participação em cursos ou leitura são exemplos desse conteúdo. Por sua vez, as práticas esportivas, os passeios, a pesca, a ginástica e todas as atividades onde prevalece o movimento ou o exercício físico, incluindo as diversas modalidades esportivas, constituem o campo dos interesses físicos esportivos. O que delimita os interesses manuais é a capacidade de manipulação, para transformar objetos ou materiais, por exemplo o artesanato e o “bricolage”, quer para lidar com a natureza na jardinagem e no cuidado com os animais. Quando se procura fundamentalmente o relacionamento pessoal, os contatos face a face, a predominância passa a ser social, manifestando-se os interesses das relações sociais no lazer. Exemplos específicos são os bailes, os bares e cafés que servem de pontos de encontro. Já o que caracteriza a satisfação dos interesses turísticos é a busca da quebra da rotina temporal ou espacial e o contato com novas situações, novas paisagens e outras culturas. Os passeios e as viagens constituem exemplos;

“... o fascínio despertado pelo esporte espetáculo, a queda da prática, que se verifica logo após o término do período escolar, o alto grau de seletividade da atividade esportiva, valorizando a performance e contribuindo para a formação de “elite representativo”, a falta de equipamentos específica ao lado da diminuição de espaços urbanos

ociosos, a falta de , ou a pouco, diversificação de atividades.”(Marcellino,1999).

O profissional que busca conhecimento dos conteúdos do lazer, inseridos na sua teoria, atua no mercado de trabalho de diversas formas, constituindo-se uma delas na animação sócio-cultural. Segundo Marcellino, a animação cultural pode ser caracterizada como:

“(…) a atividade desenvolvida por profissionais ou amadores que dominem pelo menos um setor cultural e que tenham como característica adicional uma consciência social que os impele a querer difundir esse seu bem cultural”.

De acordo com Melo de Carvalho, a condição de animador sócio cultural depende do domínio de alguns procedimentos de compreensão do ambiente em que está inserido.

“Espírito da ação e o prestígio da técnica dependerão da situação total em que se encontra o educador e em que se integram os seguintes fatores:

- o grupo a animar; o animador; a personalidade individual de cada elemento; a técnica a empregar pelo animador; a posição que o grupo ocupa frente a esta técnica; o ambiente sócio-cultural em que toda a ação tem lugar; o equipamento que é posto à disposição do grupo; o clima psicológico em que a ação se desenrola; . “

O animador sócio-cultural deve “familiarizar-se” com as pessoas, com o meio social em que deverá atuar, tornando-se parte desse ambiente como compromisso social.

Possibilitar o desenvolvimento de conteúdos do lazer, de forma educativa para que as pessoas aprendam a utilizá-los dentro do tempo disponível. As formas metodológicas utilizada por vários autores, tem em sua essência o “educar para o lazer”, e “pelo lazer”, onde a prática se fundamenta na prática. Por acreditarem ser a forma metodológica de ensinar e envolver, esta mais relacionada a motivar, a incentivar as pessoas a pratica, muitos autores defendem o educar para o lazer, ao invés de somente educar pelo lazer.

Capítulo 2

2.1 Histórico

A academia de ginástica está inserida em nossa sociedade desde meados dos anos 20, com objetivos diferentes dos que encontramos hoje em dia. Antigamente as academias de ginástica possuíam o nome de “ginásio”, e as atividades que ofereciam eram : halterofilismo, ginástica olímpica, capoeira, balé, com objetivos relacionados aos fundadores dos ginásio, que em grande parte eram estrangeiros, que desenvolveram no seu país, a técnica pedagógica das modalidades oferecidas.

A partir da década de 60, nas várias capitais brasileiras e nas cidades do interior, o modismo denominado academia começou a marcar uma época, surgindo de forma indiscriminada e desordenada os estabelecimentos destinados ao ensino do halterofilismo, na modalidade culturismo; da ginástica em suas mais variadas manifestações, do balé, da dança e das artes marciais. (Capinussú, 89)

Barbanti (1990) preconiza que a aptidão física moderna começou, com a publicação do livro “Aerobics” de Cooper no final da década de 60, onde ele desafiava as pessoas a tomarem conta de seus estilos de vida, para combater as doenças coronarianas, a obesidade e o estresse da vida moderna

Conforme a visão de Vargas (1998) a explosão numérica das academias de ginástica ocorreu por volta da década de 70, quando se materializou a necessidade de um espaço para o trabalho orientado, visando se obter o condicionamento físico. Segundo a revista Veja, nos anos 70, “Auge do cooper. As mulheres fazem ginástica rítmica ou calistenia nos clubes e balé. O homens levantam pesos em academias de halterofilismo”.

Segundo Costa & Palafox (1993) a proliferação de academias de ginástica no Brasil ocorreu principalmente com uma inovadora modalidade, a ginástica aeróbica. Segundo a revista Veja, no anos 80, “Boom da aeróbica. Surgem as academias mistas. As mulheres começam a fazer musculação”.

Conforme estudos de Coelho Filho (1998, p. 10-11):

“O pluralismo de ofertas de atividades nas academias, na Segunda metade da década de 80, incluía musculação, jazz, balé, yoga, lutas e iniciação à natação. A tendência era oferecer apenas uma modalidade de ginástica (salva a ginástica corretiva), comumente denominada de ginástica estética, ginástica de academia, ou, uma denominação mais circulante no meio profissional, ginástica total.

Com a expansão das academias como negócio no final dos anos 80 e início da década de 90 -- com o “mundo do fitness” -- profissionais da área da administração também se voltaram para o setor, dando início a grandes empreendimentos.”

Segundo a revista Veja, nos anos 90, “As aulas de step substituem as de aeróbica na preferência dos alunos da academia. O ciclismo indoor, ou spinning, lota as salas de aula”.

2.2 Revolução industrial e Urbanização

Dentro da história das academias de ginástica, não podemos nos esquecer do aspectos da urbanização e modernização industrial. Devido a “Revolução Industrial”, o trabalhador que antes trabalhava o dia todo, possuem depois deste movimento, um tempo de não trabalho. Este tempo de não trabalho vem crescendo até os dias de hoje, em virtude da modernização dos meios de produção, através da maior utilização de computadores e robôs no lugar de trabalhadores.

Em virtude deste espaço de tempo, que na verdade possuía o objetivo de descanso do trabalho, a sociedade vê surgir problemas de sedentarismo, doenças coronarianas, obesidade e stress que leva a procura de locais para a prática esportiva. Com a urbanização e violência, faltam espaços de ordem pública para a prática de atividades físicas, devido a falta de políticas direcionadas ao atendimento de uma nova demanda das cidades, no contexto político –social. As pessoas buscam nas academias esse local para a prática de atividades físicas.

As cidades em geral possuem uma gama de estabelecimentos que podem ser utilizados no tempo disponível das pessoas, onde o acesso é permitido ou não. Existem locais de ordem pública, como praças de esporte, parques, museus, bibliotecas, bosques, observatórios e teatros, e os privada, como clubes, academias, shoppings. As características de cada local, se baseia na população alvo a ser atingida, estabelecendo-se o fator econômico, como fator limitante.

2.3 Características

Segundo Saba (1999):

“Os centros destinados à prática de exercícios físicos, mais conhecidos como academias de ginástica, vêm tornando-se um importante local para a esse fim. Isso deve-se ao fato de que a estrutura física dessas instituições permite o oferecimento de uma ampla variedade de programas de exercícios físicos e incentiva o convívio social. Observa-se que nesses centros, o convívio social parece favorecer a disseminação dos padrões estéticos corporais estereotipados. Percebe-se a valorização de corpos magros, com baixa quantidade de gordura, elevado volume e tônus muscular, o que parece tornar-se o desejo de grande parte da população. Observa-se também a idéia de que a filiação a esses centros, proporciona uma elevação do status social, o que parece uma condição bastante valorizada pela sociedade”.

Este consumo por modelos estéticos, está vinculada com os meios de comunicação de massa, que “escravizam” as pessoas a seguirem padrões determinados ao consumo e a corpos perfeitos.

As academias de ginástica, tornaram-se nos tempos modernos, um espaço de manutenção do tempo disponível das pessoas. Este espaço se caracteriza pela clientela alvo, tornando-se na maioria das vezes um espaço elitizado. Este possui uma gama de atividades diversas, que tem como objetivo, variadas forma de atividade física, sempre tentando atender o seu público. Por estarmos inseridos em uma sociedade de consumo,

as pessoas que escolhem a academia, como espaço de manutenção e vivências de lazer, espelham-se em modelos estéticos, e consomem a prática físico-esportiva

Segundo Coelho Filho (1998, p.12):

“Desse modo, no contexto das academias que acompanham as forças do mercado e produzem bens e serviços de consumo cada vez mais diversificados, entre eles as diferentes modalidades de ginástica, com o objetivo de abrir um leque de possibilidades e satisfazer os gostos da demanda, onde o usuário é autônomo para decidir de qual ou quais atividades corporais vai participar (ou seja, pode até autopreserver o seu treinamento), não parece necessário que o profissional de ginástica atue de forma mais próxima, percebendo os significados das necessidades mais pessoais desses usuários.”

No meio científico a crítica às academias estabelece pelo entendimento dessas enquanto reprodutoras de uma prática mecanicista, repetitiva e alienante, reafirmadora da ideologia e da ordem da sociedade capitalista. Para muitos estudiosos pertencentes a esse meio, as academias são consideradas exclusivamente como um espaço para o consumo de serviços e produtos especializados do setor esportivo, oferecidos pela indústria cultural (Melo, 1997). No meio Universitário este assunto por uma infinidade de motivos, o a falta de atualização nos currículos das universidades de Educação Física. Este profissional não possui dentro da universidade, estudos que o habilitem a frequentar como profissional este espaço, pois sua formação não lhe fornece subsídio importantes referentes a conhecimentos técnicos, não estando seguro das metodologias que pode aplicar. Em busca deste conhecimento, a grande maioria tem que buscar fora da universidade, curso referentes a este assunto, buscando se interar de novas

metodologias, aulas, aparelhos, etc, que o qualifiquem de forma mais completa a atuar dentro de espaço profissional, que está em constante ascensão.

Segundo Cunha (1999):

(...) Tal conformação é resultante dessa indústria com apoio incessante da mídia junto à população consumista. A televisão, a publicidade, o cinema e os jornais defendem os músculos torneados, as vitaminas milagrosas, as modelos longilíneas e as academias de ginástica, pois é o que mais gera lucro. (...) Em tempos de ditadura da beleza, o corpo é massacrado pela indústria e pelo comércio, que vivem da insegurança, impotência e angústia das pessoas.

Segundo Saba (1999):

“As grandes academias tendem a possuir uma área física maior e, por isso, oferecem uma quantidade elevada de atividades em relação à de menor porte. Basicamente, as atividades oferecidas são divididas de acordo com o local onde são desenvolvidas: piscina (natação, hidroginástica); salas de equipamentos (musculação, circuito); sala de cardiovascular (esteira, bicicletas e afins); salas de ginástica (coreografadas, localizada e alongamento) e sala de artes marciais”.

Dentro de academias de grande porte existem espaços alternativos de convivência, como: quadras poliesportivas, deck para banhos de sol, quadras de esportes com piso de areia, parede de escalada, espaços de convivência social, bronzeamento artificial, cabeleireiro, manicure, pista de corrida externa, etc. Outros espaços estão

cada vez mais sendo pensados e definidos, como a sala de avaliação física, onde o fisioterapeuta, outro profissional que atua neste espaço, trata das pessoas no seu dia da avaliação física bem como de futuros problemas, que diagnosticados como patologias devem ser tratadas por este profissional, e também do nutricionista que deve também possuir sua sala e tratar das pessoas que possuem alguma patologia ou somente desejem perder peso.

A recepção é um local da academia de extrema importância, pois este é o primeiro local, onde seu futuro cliente terá a primeira impressão sobre a academia. As academias devem possuir na recepção, funcionários que devem ser muito bem selecionadas e treinadas, pois fazem parte do marketing da academia. As recepcionistas devem possuir boa aparência, postura, paciência, fluência verbal, boa comunicação, ser gentil e simpática, pois além de atender os novos alunos, possuem também outras funções como: controlar a entrada dos alunos na academia, orientá-los com relação ao espaço e aulas, levar as pessoas a conhecer a academia, atender o telefone e dar orientações gerais sobre o funcionamento e os acontecimentos da academia

A conquista da beleza, que causa tanta ansiedade, nunca esteve mais à mão do que hoje, com a ajuda da medicina, da ginástica e de uma indústria cultural que veicula um arsenal de técnicas de higiene, cosmético, massagem, dieta, cirurgia etc., estabelecendo ao corpo a necessidade de manutenção da forma a qualquer custo, em nome da saúde. (Cunha, 1999)

“A prática da atividade física em academias, normalmente designada como malhação, possui alguns aspectos específicos, isto é, nem todas as modalidades praticadas no interior desses espaços recebe tal designação. Análoga a qualquer outra prática social, a malhação

encontra-se constituída por um conjunto de elementos simbólicos os quais assuem, tanto na sua construção quanto em sua expressão, características bastante particulares em termos de significados. Malhar assume o sentido de “trabalhar o corpo”, treiná-lo, modelá-lo, esculpí-lo; implica em praticar uma atividade com algum tipo de sobrecarga objetivando modificações nos padrões de saúde e na forma física. Compondo um conjunto de técnicas, regras e modos de fazer que tem como alvo principal a intervenção sobre as formas corporais dos indivíduos, geralmente, parece encontrar-se associada a modalidade como musculação e a ginástica. Pois, nessas práticas há uma certa produção corporal, através delas o indivíduo tem a possibilidade de construir e desconstruir o seu próprio corpo, conforme a representação de alguns conceitos e objetivos que permeia o imaginário social acerca dessas atividades”. (Melo, 1997)

Segundo Vargas (1995):

“ Surgiram com a própria história da ginástica e sempre foram principalmente definidos como as questões de estética e da saúde. Com o aparecimento da ginástica aeróbica na década de 80, juntamente com os estudos sobre os benefícios para a saúde de atividades aeróbicas, houve uma revisão das propostas de aulas existentes, aparecendo questões como obtenção e manutenção de saúde. Entretanto, o objetivo estético permanece com bastante ênfase.”

Segundo Marcellino, “as academias, portanto, situam-se como espaços de desenvolvimento cultural, pois as pessoas vivenciam a cultura no seu tempo disponível”. (1990, p.31)

Outra função que a ginástica de academia tem assumido ultimamente é a do lazer e da socialização. Muitas pessoas freqüentam academias para se divertirem e fazerem novas amizades, pertencendo a grupos de pessoas com o objetivos semelhantes. De qualquer forma, considerando-se saúde não apenas como ausência de doenças, mas como um estado de bem estar físico, mental e social, pode se dizer que esta motivação para a prática de atividades de academia, faz dos valores ligados à manutenção da saúde. Segundo à revista Veja, nos dias de hoje, “as academias deixam de ser exclusivas dos malhadores e passam a trair velhos, crianças e sedentários com novos serviços e áreas de convivência”.

Esta questão sobre a nova forma, de utilização do espaço da academia é discutida por Cunha (1999):

“(...) Assim sendo, as academias podem ser entendidas também na perspectiva de constituírem num espaço possível de convivência e de vivência no lazer. Um espaço de desenvolvimento cultural onde os indivíduos vivenciam a cultura no seu “tempo disponível” e convivem entre si. Abre-se um campo educativo não só para aprender coisas, mas para se excitarem equilibradamente as possibilidades de participação social lúdica. A educação informal (ou animação cultural ou animação sociocultural) tem o objetivo de mostrar que tais atividades podem ser o momento de abertura de uma vida cultural intensa, diversificada e equilibrada com a obrigações profissionais,

familiares, religiosas e políticas. Pode ser, assim, uma educação para o lazer, ou, através do lazer, necessária e de direito a todas as classes sociais, expressando uma nova forma de reivindicação da dignidade humana, embora possa ser questionado que nem todos têm acesso a ela. “

Manifestados e vivenciados através dos corpos no interior das academias, estes valores e concepções expressam diversos interesses, quer seja saúde, estética, arte, espetáculo, competição, associativismo, descontração, divertimento, dentre outros. (Melo, 1997)

Existem também outros fatores que motivam as pessoas a frequentarem as academias de ginástica, segundo pesquisa de Rufino, Soares & Santos (2000):

- Idade: de 16 a 25 nos, na sua grande maioria ;
- Sexo: predominância do sexo feminino;
- Escolaridade: Feminina segundo grau completo, e masculino terceiro grau incompleto;
- Modalidade: Musculação para os dois sexos, sendo que o feminino procura também a ginástica quase que na mesma proporção à musculação;
- Tempo da prática: os dois sexos a maior frequência foi de até seis meses;
- Motivos: os dois sexos a predominância foi o estético, seguido de perto pela qualidade de vida

- Professores: foram relatados como fonte de informações sobre a atividade física. Outras opções foram vistas por Costa (1989) como:
- Proximidade: ao local de moradia, quanto ao local de trabalho;
- Amigos: pelo fato de conhecerem pessoas que freqüentam determinadas academias favorecem a adesão;
- Métodos (os aparelhos, seus estados de conservação, metodologias de treinos, etc): essenciais na escolha;
- Horário de funcionamento: foram relatados ao número de freqüentadores e as condições de horário do cliente/aluno;
- Formas de pagamento: conforme negociação com as datas de recebimento;
- Outras opções: verificadas se possuem opções extra, como saunas, bar, boutique, médico o outros.

2.4 Administração

2.4.1 Definição de Academia

Através da Resolução n.º 104963, do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de fevereiro de 1984, à página 2112, Seção I, ACADEMIA pode ser conceituada como empresa que se dedica a ministrar cursos de ginástica, balé, danças, musculação lutas e cultura física de modo geral, lecionados por professores diplomados em Cursos Superiores de Educação Física, além de aplicação de duchas, saunas e massagens, mediante orientação de médicos diplomados em Medicina Esportiva.

A Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, através da Comissão de Enquadramento Sindical, coloca as academias no 3º grupo do plano da Confederação Nacional de Educação e Cultura (CNEC): Estabelecimentos de Ensino de Arte, do 1º Grupo – Estabelecimento de Ensino.

Esta estrutura empresarial deve ter muito claro seus objetivos. Na empresa privada, pública ou mista, o atendimento deverá ser especializado dentro dos objetivos a que se propõem. O consumidor deverá sentir segurança através de um atendimento de boa qualidade, diferenciado e individualizado.

2.5 O Profissional da Academia – Área da Musculação

Depois de passar por vários departamentos dentro da academia, como recepção, avaliação física (opcional), o aluno chega até o professor de musculação, no caso da opção por esta modalidade.

Este contato acontece de forma que as pessoas busquem através deste profissional “a solução dos seus problemas” e o alcance dos seus objetivos. Ele se torna um elo entre a parte administrativa e o aluno. Segundo Capinussú (1989, p45):

“Principal personagem no cenário da academia, o professor desempenha um papel deveras importante. Presentemente, as academias de grande porte, situadas em regiões de elevado nível sócio-econômico, chegam ao requinte de só admitir em seus quadros profissionais indicados por Escolas de Educação Físicas, portadores de invejáveis currículos, ou realizando provas públicas, através das quais se possa avaliar o conhecimento dos candidatos nas áreas de fisiologia, biomecânica e anatomia.”

Hoje, com a regulamentação da profissão, legitima-se esta área dentro da Educação Física, aumentando ainda mais a responsabilidade do professor de Educação Física em assumir de forma competente as suas devidas funções dentro de uma academia de ginástica (Rufino, Soares & Santos, 2000,p. 60). Os profissionais que atuam dentro deste das academias devem ser contratados pela mesma, de maneira formal, sendo registrados ou de maneira informal, mas com vínculos pré determinados com ao academia. Devido a regulamentação da profissão, somente podem trabalhar como professor ou instrutor, pessoas formadas ou em formação em Educação Física, sendo que os que estão em formação atuam dentro deste espaço como estagiários.

Prioritariamente, o professor de academia deverá observar as seguintes normas:

Capinassú (1989, p 46-47)	Hernandes (1998, p.27-32)
<ol style="list-style-type: none">1. Apresentar-se bem: limpo, barbeado, corretamente penteado e uniformizado.2. Ser pontual para iniciar e para encerrar as aulas.3. Preparar a aula, pesquisando, variando e verificando de forma antecipada o material a ser utilizado.4. Dispor de alternativas caso o material destinado à aula apresente alguma falha.5. Ser afável com os alunos.6. corrigir com urbanidade os erros apresentados pelos alunos durante a execução dos exercícios.7. Ser amável com os companheiros e funcionários da academia.8. Identificar de imediato os alunos, para poder tratá-los pelo nome.9. Aconselham os alunos quando solicitado –	<ol style="list-style-type: none">1. Professor deve ter um físico atlético;2. os homens devem estar barbeados, no caso do uso de barbas deve estar sempre bem aparada;3. as mulheres devem usar um mínimo de maquiagem;4. devem estar sempre uniformizados;5. deve Seguir os horários à risca;6. Ter uma conduta profissional no atendimento aos alunos;7. Evitar dar atenção especial a um alunos ou um grupo deles;8. Evitar entrar em discussões, que causem desgaste no relacionamento com seus alunos;9. Deve ser cordial;10. Deve demonstrar respeito pelos alunos;

<p>hábitos alimentares, vestuário próprio para aulas, etc.</p> <p>10. Fichar individualmente os alunos.</p> <p>11. Manter contato com o médico para inteirar-se do estado físico dos alunos, quando isso se tornar necessário.</p> <p>12. Conhecer o regulamento da academia, respeitando-o e fazendo com que o mesmo seja respeitado.</p> <p>13. Evitar diálogos que levem a discussões sobre futebol, política e religião.</p> <p>14. Proporcionar constante assistência aos alunos, principalmente os do setor de musculação e, em particular, os adolescentes e os sedentários.</p> <p>15. Usar linguagem correta, evitando, dentro do possível, termos de gíria e, principalmente, palavras de baixo calão.</p> <p>16. Manter, de forma sutil, a disciplina no recinto de aula.</p> <p>17. Não fumar no recinto destinado às aulas</p>	<p>11. Deve ser humilde;</p> <p>12. Deve demonstrar cortesia;</p> <p>13. Evitar ser palpiteiro;</p> <p>14. Deve obedecer a uma padronização dentro da academia, quanto à execução de exercícios;</p> <p>15. Estar sempre atento aos da sala;</p> <p>16. Deve ser claro na explicação dos detalhes técnicos;</p> <p>17. Deve sempre estar pronto à responder as questões dos alunos;</p> <p>18. Evitar demonstrar uma execução à um alunos, sem deteriorar a imagem de outro professor que passou aquele exercício;</p> <p>19. Evitar falta de entrosamento entre os professores.</p>
---	--

<p>e nem permitir que outras pessoas o façam.</p> <p>18. Evitar ingerir alimentos e/ou líquidos no recinto de aulas e nem permitir que outras pessoas o façam.</p> <p>19. Evitar transmitir aos alunos os problemas internos da academia.</p> <p>20. Levar à chefia imediata problemas cuja solução extrapole a sua autoridade e competência.</p>	
---	--

Estes manuais de condutas devem ser seguidos, para que os professores, de forma liberal, observem dentro do espaço, maneiras de conduta com cada aluno, e sua relação com a academia que trabalha. Em função da observação do espaço e da maneira como um profissional pode atuar, se observa as variedades de condutas dentro destas possibilidades de atuação e de interações diversificadas com os alunos.

Observando o que acontecia na musculação, pude perceber que a grande maioria realizava seu treinamento, mas entre um e outro exercício conversavam com seus colegas, ou com o instrutor, que ficava sempre por perto para auxiliá-los no que fosse necessário (Cunha, in Marcellino, 1999,p 157). O profissional que esta atuando dentro de uma sala de musculação, deve sempre estar atento com os movimentos e execuções de seus alunos, afim de evitar execuções erradas e condutas que não condizem com o ambiente, podendo-se assim evitar acidentes.

Entretanto, segundo Akiau apud Pogere (1998) boa parte dos profissionais que atuam em academias apresentavam qualquer modelo de aula, criado sem a menor preocupação com os objetivos dos alunos ou copiado de professores mais experientes. Isto talvez ocorresse devido a grande procura por academias, deixando-se de lado a qualidade pela quantidade. Junte-se a isto o fato dos currículos dos cursos de formação de professores de Educação Física não serem atualizados, e muitos ainda não oferecerem disciplinas ligadas a esta área. Hoje não mais lugar para este tipo de atitude e de profissional. É necessário que hajam subsídios importantes referentes a conhecimentos técnicos e aos alunos para que se possa preparar uma aula segura e eficiente.

Jucá (1993) considera que ter boa aparência, ser um bom dançarino ou ginasta não são mais requisitos básicos para ser um bom professor, se é que foram algum dia.

Segundo a experiência relatada por Cunha (in Marcellino, 1999, p. 156):

“Em algumas aulas senti que o clima descontraído e a relação positiva entre professor e aluno atrai a atenção e um número maior de praticantes; a variação de estilos, e realização de brincadeiras e o próprio “clima alegre” torna a aula mais interessante, sem cansar ou tornar-se “maçante”. O simples fato do professor conhecer seus alunos e chamá-los pelo seus próprios nomes modifica e melhora essa relação consideravelmente, fazendo-os sentirem-se “da casa” e aumentando a sua freqüência nas aulas de ginástica ou de musculação.”

Dentro das sala de musculação, fica a cargo deste professor, o uso de sua criatividade para que os seus alunos se motivem e fiquem motivados com os exercícios prescritos. Este devem estar enquadrados dentro dos objetivos dos alunos e dentro de

uma metodologia, que pode tanto ser da academia quanto do professor, sendo trabalhada de maneira consciente. Os objetivos dos alunos, na sua grande maioria podem ser relatados por Cunha (1999, p. 157), como: busca de definição muscular, manutenção da forma, perda de peso, relaxamento e por recomendação médica. O professor deve além de utilizar sua criatividade, deve informar a seus alunos a importância das prática e dos exercício prescritos, de forma a educar seus alunos à uma execução correta, dentro dos padrões das fichas prescritas. E aos alunos deve existir não somente uma passividade aos exercícios prescritos e sim uma interpretação crítica dessas formas, tanto na variedade como na escolha, dos exercícios pelo professor.

Capítulo 3

Este capítulo foi colocado neste trabalho, em virtude de muitos dos alunos das faculdades de Educação Física, desconhecerem no dia-dia, as leis do código de ética, do Conselho Federal de Educação Física, bem como algumas Resoluções, que regem sua conduta e a da empresa onde trabalham.

Em virtude disso, passei a conhecer melhor estas normas, pude observar melhor o espaço das Academias, atitudes de todos os profissionais deveriam ter e buscando além do seu espaço na empresa, todos os seus direitos, relativos a Regulamentação da Profissão já estão em vigor.

3.1 Lei 9696/98

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos

Regionais de Educação física.

Art. 2º Apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:

I - os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;

II - os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III - os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

Art. 3º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

Art. 4º São criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 5º Os primeiros membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Educação Física serão eleitos para um mandato tampão de dois anos, em reunião das associações representativas de Profissionais de Educação Física, criadas nos termos da Constituição Federal, com personalidade jurídica própria, e das instituições superiores de ensino de Educação Física, oficialmente autorizadas ou reconhecidas, que serão convocadas pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física - FBAPEF, no prazo de até 90 (noventa) dias após a promulgação desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília 1º de setembro de 1998; 177º da independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

3.2 Resolução

Lei: O plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Sexagésima Reunião Ordinária, realizada nos dias 05 e 06 de março de 1997, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, considerando que:

- a 8ª Conferência Nacional de Saúde concebeu a saúde como "direito de todos e dever do Estado" e ampliou a compreensão de relação saúde/doença como decorrência das condições de vida e trabalho, bem como uma das questões fundamentais a integralidade da atenção à saúde e a participação social;
- a 10ª CNS reafirmou a necessidade de consolidar o Sistema Único de saúde, com todos os seus princípios e objetivos;
- a importância da ação interdisciplinar no âmbito da saúde; e
- o reconhecimento da imprescindibilidade das ações realizadas pelos diferentes profissionais de nível superior, constitui um avanço no que tende à concepção de saúde e a integralidade da atenção, RESOLVE:

I - Reconhecer como profissionais de saúde de nível superior as seguintes categorias:

1. Assistente Sociais
2. Biólogos
3. Profissionais de Educação Física
4. Enfermeiros
5. Farmacêuticos

6. Fisioterapeutas

7. Fonoaudiólogos

8. Médicos

9. Médicos Veterinários

10. Nutricionistas

11. Odontólogos

12. Psicólogos; e

13. Terapeutas Ocupacionais

II - Com referência aos itens 1,2 e 9 a caracterização como profissional de saúde deve ater-se a dispositivos legais do Ministério da Educação e do Desporto, Ministério do trabalho e aos Conselhos de Classe dessas categorias.

3.3 Conselho Federal de Educação Física, instituído pela Lei n.º 9.696, de 01 de setembro de 1998;

3.3.1 I - O código de Ética

A construção do código de Ética para a profissão da Educação Física foi desenvolvida através do estudo da historicidade da sua existência, da experiência de um grupo de profissionais brasileiros da área e da resposta da comunidade específica de profissionais que atuam com esse conhecimento em nosso país.

Assim foram estabelecidos os 12 (doze) itens norteadores da aplicação do código Deontológico que fixa a forma pela qual se devem conduzir os profissionais de Educação Física inscritos no CONFEF.

01º - O código de Ética do profissional de Educação Física, formalmente vinculado às Diretrizes Regulamentares do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF (Lei Federal n.º 9696 de 01 de Setembro de 1998), define-se como um instrumento legitimador do exercício da profissão, sujeito portanto a um aperfeiçoamento contínuo que lhe permita dar um sentido educacional a partir de nexos de deveres e direitos.

02º - O profissional de Educação Física, inscrito no CONFEF e, conseqüentemente, aderente ao presente Código de Ética, é conceituado como um interventor social, e como tal, deve assumir o compromisso ético com a sociedade colocando-se assim a seu serviço primordialmente, independente de qualquer outro interesse, sobretudo de natureza corporativista.

03º - Este Código de Ética define no âmbito de toda e qualquer atividade física, como beneficiários das ações, os indivíduos, grupos, associações e instituições que compõem a sociedade, e como destinatário das intervenções, o profissional de Educação Física vinculado ao CONFEF. Esta última, é a instituição que no sistema aparece como mediadora, por exercer uma função educacional além de reguladora e codificadora das relações e ações entre beneficiários e destinatários.

04º - A referência básica deste Código de Ética em termos de operacionalização, é a necessidade em se caracterizar o profissional de Educação Física diante das diretrizes de deveres e direitos estabelecidos regimentalmente pelo CONFEF e seus desdobramentos, isto é, os Conselhos Regionais de Educação Física - CREF'S. Tal sistema deve

assegurar, por definição, qualidade, competência e atualização técnica, científica e moral dos profissionais nele incluídos por inscrição e registro legal.

05° - O sistema CONFEF/ CREF deve pautar-se pela transparência em suas operações e decisões, devidamente complementada por acesso de direito e de fato dos beneficiários e destinatários à informação gerada nas relações de mediação e de pleno exercício legal. Considera-se pertinente e fundamental, nestas circunstâncias, a viabilização da transparência e do acesso ao sistema CONFEF/CREF, através dos meios possíveis de informação e de outros instrumentos que favoreçam a exposição pública.

06° - Em termos de fundamentação filosófica, este Código de Ética visa assumir uma postura de referência aos deveres e direitos de modo a assegurar o princípio de garantia aos Direitos Universais aos beneficiários e destinatários. Procurando dotá-lo da capacidade de aperfeiçoamento contínuo, este Código de Ética deve adotar um enfoque científico identificando sistematicamente ordens e proibições contidas nos deveres e direitos. Tal processo de atualização progressiva e permanente define-se por proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis.

07° - As perspectivas filosófica, científica e educacional do sistema CONFEF/CREF, tornam-se complementares a este código ao se avaliar fatos na instância do comportamento moral, tendo como referência um princípio ético que possa ser generalizável e universalizado. Em síntese, diante da força de lei ou de mandamento moral (costumes) de beneficiários e destinatários, a mediação do CONFEF/CREF produz-se por posturas éticas (ciência do comportamento moral), símiles à coerência e fundamentação das proposições científicas.

08º - O ponto de partida do processo sistemático de implantação e aperfeiçoamento do Código de Ética do profissional de Educação Física, delimita-se pelas Declarações Universais de Direitos Humanos e da Cultura, como também pela Agenda 21 que situa a proteção do meio ambiente em termos de relações entre os homens e mulheres em sociedade. Estes documentos de aceitação universal elaborados pelas Nações Unidas, juntamente com a legislação pertinente à Educação Física e seus profissionais nas esferas federal, estadual e municipal constituem a base para a aplicação da função mediadora do sistema CONFEF/CREF no que concerne ao Código de Ética.

09º - Além da ordem universalista internacional e da equivalente legal brasileira, o Código de Ética deverá levar em consideração, valores que lhe dão o sentido educacional almejado. Em princípio, tais valores como liberdade, igualdade, fraternidade e sustentabilidade com relação ao meio ambiente são definidos nos documentos já referidos. Em particular, o valor da identidade profissional no campo da atividade física - definido historicamente durante 25 séculos - deve estar presente associado aos valores universais de homens e mulheres em suas relações sócio-culturais.

10º - Levando-se em consideração a experiência histórica e internacional, o dever fundamental do profissional de Educação Física é o de preservar a saúde de seus beneficiários nas diferentes intervenções ou abordagens conceituais, ao lidar com questões técnicas, científicas e educacionais, típicas de sua profissão e de seu preparo intelectual.

11º - O dever fundamental da preservação da saúde dos beneficiários implica em responsabilidade social do profissional de Educação Física e como tal não deve e mesmo não pode ser compartilhado com pessoas não credenciadas quer de modo

formal, institucional ou legal. Este dever, corresponde ao direito do pleno exercício da profissão de Educação Física, única e tão somente, aos profissionais preparados e formados em cursos de Graduação do ensino superior, legalmente estabelecidos e específicos e explicitamente incluídos na área de conhecimento da Educação Física, observados seus currículos e programas de formação.

12º - O dever complementar e essencial à preservação da saúde dos beneficiários é o de alcance e manutenção da qualidade, competência e responsabilidade profissional, ora entendido como o mais elevado e atualizado nível de conhecimento que possa legitimar a intervenção e exercício do profissional de Educação Física.

3.3.2 II - A Deontologia

O CONFEF/CREF, reconhecendo que o profissional de Educação Física, além das designações usuais de Professor de Educação Física, Técnico Desportivo, Treinador Esportivo, Preparador Físico, Personal Trainer, poderá ser designado, de acordo com as características da atividade que desempenha, com as seguintes denominações: Técnico de esportes; Treinador de esportes; Preparador Físico-corporal; Professor de Educação Corporal; Orientador de Exercícios Corporais; Monitor de Atividades Corporais; Motricista; Cinesiólogo, entre outros.

Assim, é possível ao sistema CONFEF/CREF estabelecer os princípios fundamentais que balizem o exercício do profissional em Educação Física;

Considerando que a profissão de Educação Física é comprometida com o desenvolvimento corporal, intelectual e cultural, bem como com a saúde Global do ser Humano e da comunidade, devendo ser exercida sem discriminação e preconceito de qualquer natureza;

Considerando que o profissional de Educação Física deve respeitar a vida, a dignidade, a integridade e os direitos da pessoa Humana, em particular de seus beneficiários;

Considerando que o profissional de Educação Física deve procurar no exercício de sua profissão prestar sempre o melhor serviço, a um número cada vez maior de pessoas, com competência, responsabilidade e honestidade;

Considerando que o profissional de Educação Física deve atuar dentro das especificidades do seu campo e área do conhecimento, no sentido da educação e desenvolvimento das potencialidades Humanas, daqueles aos quais presta serviços;

Considerando que o profissional de Educação Física deve exercer sua profissão com autonomia, respeitando os preceitos legais e éticos;

Considerando as relações do profissional de Educação Física com os demais profissionais com os quais mantenha interfaces de trabalho, relações essas que devem basear-se no respeito, na liberdade e independência profissional de cada um, na busca do interesse e do bem estar dos seus beneficiários;

Estabelece o quadro de Responsabilidades e Deveres, Direitos e benefícios.

3.3.3 III - Das Responsabilidades, Deveres e Proibições

Art. 1º - São deveres e responsabilidades dos profissionais de Educação Física:

I - Promover uma Educação Física no sentido de que a mesma constitua-se em meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo dos seus clientes através de uma educação efetiva para promoção da saúde e ocupação saudável do tempo de lazer.

II - Assegurar a seus clientes um serviço profissional seguro, competente e atualizado, livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência, utilizando todo seu conhecimento, habilidade e experiência;

III - Orientar seu cliente, de preferência por escrito, quanto às atividades ou exercícios recomendados, levando-se em conta suas condições gerais de saúde;

IV - Manter o cliente informado sobre eventual circunstância adversa que possa influir no desenvolvimento do trabalho que será prestado;

V - Renunciar às suas funções, tão logo se positive falta de confiança por parte do cliente, zelando, contudo, para que os interesses do mesmo não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;

VI - Exercer a profissão com zelo, diligência, competência e honestidade, observando a legislação vigente resguardando os interesses de seus clientes ou orientados e a dignidade, prestígio e independência profissionais;

VII - Zelar pela sua competência exclusiva na prestação dos serviços a seu encargo;

VIII - Manter-se atualizado dos conhecimentos técnicos, científicos e culturais no sentido de prestar o melhor serviço e contribuir para o desenvolvimento da profissão;

IX - Avaliar criteriosamente sua competência técnica e legal e somente aceitar encargos quando capaz de desempenho seguro para si e para seus clientes;

X - Promover e/ou facilitar o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural do pessoal sob sua orientação profissional;

XI - Guardar sigilo sobre fato ou informações que souber em razão do exercício profissional;

XII - Responsabilizar-se por falta cometida em suas atividades profissionais, independente de ter sido praticada individualmente ou em equipe;

XIII - Manter-se atualizado, cumprindo e fazendo cumprir os preceitos éticos e legais da profissão;

XIV - Emitir publicamente parecer técnico sobre questões pertinentes ao campo profissional, respeitando os princípios éticos deste código, os preceitos legais e o interesse público;

XV - Comunicar formalmente aos Conselhos de Educação Física fatos que envolvam recusa ou demissão de cargo, função ou emprego motivado pelo cumprimento ético e legal da profissão;

XVI - Apresentar-se adequadamente trajado para o exercício profissional, considerando os diversos espaços e atividades a serem desempenhadas;

XVII - Respeitar e fazer respeitar o ambiente de trabalho, bem como o uso de materiais e equipamentos específicos;

XVIII - Conhecer, vivenciar e difundir os princípios do "Espírito Esportivo".

Art. 2º - No desempenho das suas funções é vedado ao profissional de Educação Física.

I - Contratar, direta ou indiretamente, serviços com prejuízos morais ou desprestígio para a categoria profissional;

- II - Auferir proventos em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática correta e honesta;
- III - Assinar documentos ou relatórios elaborados por outrem, alheio a sua orientação, supervisão ou fiscalização;
- IV - Exercer a profissão quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos;
- V - Concorrer para a realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la no exercício da profissão;
- VI - Prejudicar, culposa ou dolosamente, interesse confiado ao seu patrocínio;
- VII - Interromper a prestação de serviços, sem justa causa e sem notificação prévia ao cliente;
- VIII - Assumir a responsabilidade de prestar serviços profissionais e depois transferi-la a outro(s) não habilitado(s) ou impedido(s);
- IX - Aproveitar-se das situações decorrentes de seu relacionamento com seus clientes para obter vantagem corporal, emocional, financeira ou qualquer outra.

Art. 3º - A conduta do Profissional de Educação Física com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, apreço e solidariedade em consonância com os postulados de harmonia da categoria profissional.

Parágrafo Único - O espírito de solidariedade não induz nem justifica a convivência com o erro ou atos infringentes de normas éticas ou legais que regem a profissão.

Art. 4º - O profissional de Educação Física deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

Evitar referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras;

Abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou interesses da profissão, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento;

Jamais apropriar-se de trabalhos, iniciativas ou soluções encontradas por colegas, apresentando-os como próprios;

Evitar desentendimento com colegas ao qual vier a substituir no exercício profissional.

Art. 5º - O profissional de Educação Física deve, com relação à profissão, observar as seguintes normas de conduta:

Emprestar seu apoio moral, intelectual e material às entidades de classe;

Zelar pelo prestígio da profissão, da dignidade do profissional e do aperfeiçoamento de suas instituições;

Aceitar exercer o cargo de dirigente nas entidades de classe, salvo circunstâncias que justifiquem sua recusa, e exercê-lo com interesse e dedicação;

Jamais utilizar-se de posição ocupada na direção de entidade de classe em benefício próprio, diretamente ou através de outra pessoa;

Acatar as resoluções votadas pelas entidades de classe, inclusive quanto a tabelas de honorários;

Auxiliar a fiscalização do exercício profissional e zelar pelo cumprimento deste código, comunicando, com discrição e com embasamento, aos órgãos competentes as irregularidades de que tiver conhecimento;

Não formular, junto aos clientes e estranhos, maus juízos das entidades de classe ou profissionais não presentes, nem atribuir erros ou dificuldades que encontrar no exercício da profissão à incompetência e desacertos daqueles;

Manter-se em dia com o pagamento da anuidade devida ao Conselho Regional de Educação Física;

Apresentar aos órgãos competentes as irregularidades ocorridas na administração das entidades de classe de que tomar conhecimento.

3.3.4 IV - dos Direitos

Art. 6º - São direitos dos profissionais de Educação Física;

I - Exercer a profissão sem ser discriminado por questões de religião, raça, sexo, idade, opinião política, cor, orientação sexual ou de qualquer outra natureza;

II - Recorrer ao Conselho Regional de Educação Física quando impedido de cumprir o presente código e a lei, no exercício profissional;

III - Requerer desagravo público ao Conselho Regional de Educação Física sempre que sentir-se atingido no exercício profissional;

IV - Recusar a realização de medidas ou atitudes profissionais que, embora permitidos por lei, sejam contrárias aos ditames de sua consciência ética;

V - Participar de movimentos de defesa da dignidade profissional assim como do seu aprimoramento técnico, científico e ético;

VI - Apontar falhas nos regulamentos e normas de instituições que oferecem serviços no campo da Educação Física ou de eventos, quando julgar tecnicamente que estes não sejam compatíveis com este código ou prejudiciais aos clientes, devendo dirigir-se por escrito obrigatoriamente ao Conselho Regional de Educação Física;

VII - Receber salários ou honorários pelo seu trabalho profissional.

3.3.5 V - dos Benefícios e Honorários Profissionais.

Art. 7º - O profissional de Educação Física deve fixar previamente o contrato de serviços, de preferência por escrito, em bases justas, considerando os seguintes elementos:

A relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade do serviço a ser prestado;

O tempo que será consumido na prestação do serviço;

A possibilidade de ficar impedido ou proibido de prestar outros serviços paralelamente;

O fato de se tratar de cliente eventual, temporário ou permanente;

Necessidade de locomoção na própria cidade ou para outras cidades, do Estado ou País;

Sua competência, renome profissional e equipamentos e instalações;

Maior ou menor oferta de trabalho no mercado onde estiver inserido;

Valores médios praticados pelo mercado em trabalhos semelhantes.

Art. 8º - O profissional de Educação Física poderá transferir a prestação dos serviços a seu encargo a outro Profissional de Educação, com a anuência do cliente.

Art. 9º - É vedado ao Profissional de Educação Física oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorários ou concorrência desleal.

3.3.6 VI - das Infrações

Art. 10 - A transgressão dos preceitos deste Código constitui infração disciplinar, sancionada segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

Advertência escrita reservada com ou sem aplicação de multa;

Censura pública, no caso de reincidência específica;

Suspensão do exercício da profissão;

Cancelamento do registro profissional e divulgação do fato.

Art. 11 - O conhecimento efetivo de qualquer infração deste Código por um profissional nele inscrito, sem a correspondente denúncia ao respectivo Conselho Regional, constitui-se em infração ao mesmo.

3.3.7 VII - das Penalidades

Art. 12 - Aplicação de penalidades, conforme os preceitos deste código, ocorrerão após o julgamento pelo T.R.E. e no caso de recurso pela sentença do T.S.E.

Art. 13 - A penalidade prevista como advertência, consiste numa admoestação ao infrator reservadamente, acompanhada ou não do pagamento de multa que poderá variar entre 1 e 10 vezes o valor da anuidade.

Art. 14 - A censura pública consiste numa repreensão que será registrada em sua ficha no CREF na presença de duas testemunhas.

Art. 15 - A suspensão do exercício profissional não poderá ultrapassar a 29 dias com prejuízo dos proventos.

Art. 16 - O cancelamento do registro profissional de Educação Física, impede o exercício profissional em qualquer circunstância.

3.3.8 VIII - do Julgamento

Art. 17 - O julgamento das questões relacionadas às transgressões a este Código de Ética caberá, inicialmente, aos Conselhos Regionais de Educação Física, que funcionarão como Tribunais Regionais de Ética.

§ 1º - O recurso voluntário somente será encaminhado ao Tribunal Superior de Ética Profissional se o Tribunal Regional de Ética Profissional respectivo mantiver a decisão recorrida.

§ 2º - É facultado recurso de efeito suspensivo, interposto no prazo de 30 dias, para o Conselho Federal de Educação Física em sua condição de Tribunal Superior de Ética Profissional.

3.3.9 IX Dos casos omissos

Art. 18 - As omissões deste Código serão analisadas pelo Conselho Federal de Educação Física - dos Casos Omissos

3.4 024/00 Dispõe sobre a regulamentação do estágio extracurricular

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2000

Art. 1º - Estágio extracurricular é aquele que envolve o acadêmico de Educação Física, a partir do 5º (quinto) semestre do curso de graduação, regularmente matriculado e com efetiva frequência, visando a melhoria de sua qualificação e competência pré-profissional, não possuindo caráter de obrigatoriedade que define o estágio curricular.

Art 2º - O estágio extracurricular será realizado em órgãos, instituições, entidades ou empresas que mantenham o desenvolvimento de atividades em áreas correlatas com a formação profissional.

Art 3º - O estágio extracurricular não poderá ou ultrapassar o total de 20 (vinte) horas semanais e de 04 (quatro) horas diárias.

Art 4º - O estágio extracurricular poderá ou não ser remunerado.

Art 5º - Estará credenciada para oferecer e aceitar estágio extracurricular, a entidade pública ou privada, que no Conselho Regional de Educação Física estiver registrada na condição de Pessoa Jurídica.

Art 6º - Constitui requisito básico para aceitar estágio extracurricular, que a entidade possua em seu quadro de pessoal, profissionais de Educação Física, que atuarão como supervisores durante o período integral de realização do estágio.

§ 1º - Os supervisores, profissionais de Educação Física deverão estar devidamente registrados no CONFEF e inscritos no CREF de sua região.

§ 2º - O profissional de Educação Física, responsável pela supervisão de estágio, é obrigado a estar presente no hora e local onde o estagiário estiver participando de atividades, oferecendo-lhe a orientação necessária.

Art 7º - Cada profissional poderá aceitar para estágio extracurricular no máximo 03 (três) estagiários, sendo 1 (um) por período dia.

Art 8º - Ao estagiário cumpre participar das atividades programadas pelo supervisor, de acordo com as normas de ética e disciplina previstas, podendo a critério do supervisor, Ter seu estágio suspenso, cujo motivo deverá ser comunicado à instituição de origem e ao CREF de sua região.

Art 9º - As entidades que acolherem em seus recintos pessoas para estágio extracurricular que não se enquadrem nesta resolução, estarão sujeitas às sanções previstas na legislação vigente que trata do exercício profissional.

Art 10º - Os participantes de estágio extracurricular que não se enquedrem nesta resolução, são considerados leigos e responsabilizados por prática de exercício ilegal da profissão.

Art 11º - A legislação do estágio extracurricular, para efeito de fiscalização e controle, dependerá obrigatoriamente da existência da declaração de estágio, em modelo definido pelo CONFEF e devidamente registrado no CREF da região.

Art 12º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Capítulo 4

4.1 Levantamento dos dados

Este trabalho se constitui de uma pesquisa bibliográfica empírica. Para coleta dos dados foram aplicados questionários que identificaram fatos que foram divididos em categorias para estudo posteriores que se configurou um estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica foi realizada na UNICAMP e na Internet, a partir de temas como: lazer, academias de ginástica, administração de academias de ginástica, animadores sócio-culturais. Devido ao fato da existência de pouco material nesta área, buscamos, neste espaço de estudos das teses de mestrado e doutorado, os temas propostos, conseguindo assim algumas referências.

Em virtude de pouco material para análise contextual, busquei em outros locais de maior quantidade de informações específicas como livrarias de grande porte, conseguindo assim dois livros relacionados com o tema do trabalho.

Após a realização do levantamento, foi iniciada a análise contextual com a interpretação dos dados e caminhos que deveriam ser seguidos na construção do texto base e os estudos que mostraram a divisão do trabalho. O trabalho foi dividido em itens e seus respectivos assuntos sub divididos em categorias: primeiro capítulo mostra elementos relativos a lazer e animação sócio-cultural; o capítulo dois versa sobre academias de ginástica; capítulo três fala sobre legislação que rege a atuação do profissional de Educação Física neste espaço e o quarto capítulo se refere a interpretação dos dados coletados.

Foi aplicado um questionário em vinte e quatro profissionais de Educação Física da cidade de Campinas, de duas academias de Campinas. Os questionários tinham

intenção de coletar dados referentes a sua condição de formação escolar e identificar as condições que estavam no atual momento de trabalho. O questionário foi aplicado com profissionais e pré profissionais que atuam no setor da musculação na condição de professores ou instrutores auxiliares.

A aplicação dos questionário foi realizada em duas academia de ginástica de grande representatividade e muita demanda na cidade de Campinas, fatores de suma importância para nosso estudo. Como caracterizado anteriormente, uma delas é a maior academia da região de Campinas e a outra está situada no entorno do Parque e Portugal, mais conhecido como “Lagoa do Taquaral”.

Para verificar a prática destes profissionais de Educação Física como animadores sócio-culturais, foi aplicado um questionário elaborado em seis questões mostrando três categorias em seu conteúdo: na primeira parte classifica o espaço da academia como espaço de lazer, que era categorizada na primeira questão; na segunda parte, aparece o trabalho do professor verificando a possível atuação deste como animador sócio-cultural, esta categorização aparece nas questões dois, três e quatro e a terceira parte deste questionário mostra como este profissional que atua na musculação interage com os alunos, sociabilizando-os dentro e fora do espaço da academia na sala de musculação.

4.2 Discussão dos dados

Os dados coletados com o questionário foram divididos em categorias para discussão que serão tratados separadamente de forma a contextualizar as respostas junto ao levantamento bibliográfico dos temas propostos.

Os profissionais que atuam nas academias de ginástica, no setor da musculação, mostraram na primeira questão que tratavam este local como espaço de lazer. Na resposta da mesma questão, seis professores responderam no questionário somente a alternativa “sim”, sem nenhuma explicação, e em dezoito respostas, desta mesma questão, foram colocados argumentos desta afirmação.

Nesta questão, estava implícito que os profissionais deveriam mostrar sua definição própria de lazer para classificação do espaço. As respostas dadas se enquadravam nas definições de lazer segundo Dumazidier e Marcellino, utilizadas no primeiro capítulo deste trabalho.

Os profissionais declaram ser este um espaço de lazer em função de ser um espaço de descanso, divertimento, desenvolvimento e de sociabilização por existir uma relação de não obrigação com o trabalho, porém, às vezes como um obrigação pessoal de manutenção da saúde através de recomendação médica, também de não ser classificado, para as pessoas que ali trabalham, como espaço de lazer e descarga de stress do dia-a-dia.

Na segunda categoria que engloba as questões dois, três e quatro, relativa a atuação deste profissional como animador sócio-cultural, os profissionais utilizaram, conforme definição de Melo de Carvalho, de técnicas de atuação frente ao aluno conduzidas na integralização, aproximação e atuação.

Cada profissional vê seus alunos de uma forma diferente, mas sua conduta frente ao mesmo se torna parecida em função das respostas. Muitos se enquadram nas condutas definidas por Capinassú e Hernandez quanto as características.

Segundo os levantamentos feitos este profissional que atua na sala de musculação deve ser: cordial, alegre simpático, educado, amigo e deve chamar seus alunos pelo nome, estas foram definições respondidas no questionário. Quanto a forma de aproximação com os alunos, muitos responderam, que deve-se estar sempre a disposição dos alunos, o sorriso sendo utilizado como forma de aproximação, cumprimentar sempre os alunos, esclarecer as dúvidas e ter segurança nas respostas, sempre respeitando a pessoa quanto aos seus antecedentes nas atividades físicas. A variação pode estar na sensibilidade de notar o estado físico, social e psicológico de cada aluno em determinado dia, sempre elogiando os resultados obtidos, motivando os alunos à prática constante de exercícios físicos.

O entrosamento com os alunos vem da convivência diária, sempre ganhando a confiança como também entre os alunos quando acontece o revezamento dos aparelhos, ação motivada pelos professores. Outros assuntos com conversas que englobem um número grande de pessoas se referindo a outros setores das atividades físicas como, natação, ginástica, caminhada e corrida, na forma de promoção de eventos dentro da academia envolvendo todos com saídas nos finais de semana, organizando jogos entre os alunos e sempre agindo naturalmente com eles, de forma que o relacionamento seja construído de forma sadia e sincera.

Para que o aluno se motive cada vez mais com a atividade, os professores devem se dispor a todo momento em ajudá-los, fazendo com que a academia esteja totalmente a sua disposição. Os profissionais acreditam que devem possuir o máximo de

informações sobre a academia, para que possam tirar quaisquer dúvidas dos alunos, no momento em que elas surjam.

Nas questões cinco e seis, que estão categorizadas como sociabilização, os professores normalmente mostram que freqüentam outros espaços dentro da academia acompanhados de seus alunos, principalmente em festas da academia, em eventos da mesma, em churrascos, festas fora da academia, pizzarias, bares, jogos entre os alunos e professores, pois a sociabilização acontece conforme se aumenta as possibilidades de encontros com os alunos.

Os professores demonstraram interesse em motivar os seus alunos que freqüentam a sala de musculação, mesmo sem ter como interesse somente a prática esportiva. Eles colocaram que deve se respeitar a atitude e vontade de cada aluno, mas sempre lembrando-os da importância da melhoria da qualidade de vida e da mesma forma com os alunos que fazem exercícios, sem que os atrapalhem. Algo interessante apareceu em dois questionários que se referiram aos alunos que perdem dinheiro por não estarem aproveitando o espaço para a prática esportiva mais abrangente. E um outro questionário onde profissional explica que muitos tem dificuldades de entender como as pessoas desejam uma transformação do corpo, sem ao menos se envolverem com a atividade física. Como foi relatado por Saba, a academia de ginástica é um local de prática esportiva, mas também um local de sociabilização.

Considerações Finais

Este trabalho teve intenção de mostrar a atuação dos profissionais da área da musculação, apenas verificado como eles atuam, sem confirmar suas respostas através de um período de convivência nas academias citadas. A atuação dos mesmos é condizente se comparados com as teorias e classificações de animadores sócio-culturais, pois além de trabalhar com o tempo livre das pessoas, este se utilizam no dia-a-dia da academia como maneiras de integralizar, motivar as pessoas atuando dentro do espaço.

Apesar das respostas levarem a estas conclusões, sabemos que hoje em dia, muitos profissionais não possuem conhecimentos técnicos suficientes para atuação neste espaço, mas em função de sua atuação como possíveis animadores sócio-culturais, conseguem espaço neste mercado de trabalho. Podemos dizer que o lado humano é de extrema importância, mas não se deve esquecer que exercícios executados de forma incorreta podem prejudicar os alunos.

Todos os profissionais devem a cada dia conhecer os alunos que convivem no meio, mas não podem de forma nenhum priorizar o atendimento a determinados alunos, de forma com que uma minoria seja atendida em detrimento da maioria.

Existem comportamentos que se pode classificar como essenciais para a profissão de educador físico, como simpatia, educação, alegria, cordialidade e principalmente amar o que faz, tentando fazê-lo da melhor forma possível, atualizando-se a cada dia de novas metodologias do treinamento bem como estudos recentes sobre a fisiologia do corpo. Este estudos devem ser diferenciados, pois a clientela das academias vem se diversificando mais e com o passar do tempo, a quantidade de informações sobre doenças, reações fisiológicas ao organismo e principalmente o lado humano será mais enfatizado.

Este trabalho verificou a atuação de profissionais em duas academias, sendo que estas atendem uma população de classe média/alta, sendo diferenciadas das outras academias de ginástica da região.

Espero que este trabalho possa contribuir para a formação de futuros amigos de profissão, motivando-os a estudar este mercado de trabalho que se abre a todo momento e que muitas pessoas os estudem na essência, formando um conhecimento mais abrangente.

Anexo 1

Questionário

1. Você classifica a academia como espaço de lazer ?
2. Como você encara as pessoas que freqüentam o espaço ? E qual é a reação mais encontrada ?
3. Você utiliza algum método para aproximar-se dos alunos? De que forma consegue este objetivo ?
4. Dentro da sala de musculação utiliza de alguma(s) técnica para integrá-lo(s)? E fora dela?
5. Você freqüenta outros espaços com seus alunos? (dentro e fora da academia)
6. Como encara os alunos que não estão na sala de musculação para a prática esportiva e sim por outros motivos?

Referências Bibliográficas

- Barbanti, V. J. Aptidão Física: um convite a saúde. São Paulo: Ed. Manole, 1990.
- Camargo, Luís O. de Lima. O que é Lazer. São Paulo: Brasiliense, 1986
- Capinassú, J. M., Costa, L. P. da. Administração e Marketing nas Academias de Ginástica. Ibrasa, 1989.
- Costa, S. B. & Palafox, G. H. H. Características especiais da ginástica de academia no seu processo evolutivo no Brasil. Revista da Educação Física 4 (1): 54-60. 1993.
- Cunha, A. C. Os conteúdos Físico-Esportivos na Lazer em Academias: atividade ou passividade?. In Marcellino, N. C. Lúdico, educação e Educação Física. 1ª edição. Campinas. Editora Unijuí, 1999.
- Dumazidier, Joffre. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980a..
- Jucá, M. Aeróbica & Step. Rio de Janeiro: Sprint, 1993.
- Leite, J. A. Academias – Estratégias para o sucesso. Sprint, 2000.
- Macedo, C. Cinira de A. & Figueiredo, Luís C. M. Domingo na praia – a Dimensão simbólica do lazer popular. Reflexão, 25 ; 62-73.
- Marcellino, N. C. Para Tirar os Pés do Chão – Corrida e Associativismo. 1ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- Marcellino, N.C.. Capacitação de Animadores Sócio-Culturais. Campinas:

Unicamp, 1987.

Marcellino, N. C.. Pedagogia da Animação. Campinas: Papirus, 1990

Melo, C. K. de. A malhação do lazer ... ou seria a malhação no lazer? Uma análise sobre a multidimensionalidade da cultura expressa através dos corpos nas academias. Dissertação de mestrado. FEF/Unicamp, 1997

Rufino, V. S., Soares, L. F. da S., Santos, D. L. dos. Características de frequentadores de academias de Ginástica do Rio Grande do Sul. Revista Kinesis, nº 22, 2000

Silva, C. L.. O Corpo Belo: O Papel dos professores de ginástica. Dissertação de final do curso de bacharel em treinamento esportivo FEF/Unicamp, 1997.

Saba, F. K. F. Determinantes da prática de exercício físico em academias de ginástica. Dissertação de Mestrado. EEFE/USP, 1999.

Revistas

Curvelano, N. Como legalizar sua academia. Revista Academia & Negócios. Junho, 2000.

Revista Veja, ano 33, nº 28, p. 10-16

Revista Veja, ano 34, nº 12, p. 56-59